

O Tempo do Desengano. Das aparências da vida à verdade da morte nos *Relógios Falantes* de D. Francisco Manuel de Melo*

Maria de Lurdes Correia Fernandes

Universidade do Porto
Instituto de Estudos Ibéricos – FLUP

1. Os *Relógios falantes*: das relações da literatura com a sociedade e a técnica.

Por entre as durezas e as alegadas injustiças da prisão de Francisco Manuel de Melo, entre 1644 e 1654 (ou 1655, ano em que parte para o Brasil), este autor foi produzindo variados textos de elevada qualidade literária, muitos deles reveladores também de uma extraordinária e subtil capacidade crítica. Deste ponto de vista, este período da vida de D. Francisco foi, inquestionavelmente, o mais fecundo, mas são igualmente importantes e significativas, tanto literária como culturalmente, as obras que escreveu quer antes quer depois dessa difícil etapa da sua vida. De entre os textos que terá começado possivelmente ainda na prisão e completado durante o seu desterro no Brasil, ocupam um lugar de destaque os seus *Apólogos Dialogais*, o primeiro dos quais é, tanto quanto se sabe pela datação da dedicatória nas cópias manuscritas, *Os Relógios Falantes*. Sobre alguns dos objectivos destes textos, talvez a melhor síntese seja a que o próprio autor fornece no quarto apólogo – ou, verdadeiramente, colóquio –, o *Hospital das Letras*, no qual, pela voz de Lípsio, afirma que, pelos seus apólogos, é um dos «escritores de repreensões e emendas de vícios e costumes da República»¹. De facto, em todos eles a perspectiva crítica é, inquestionavelmente, uma dimensão fundamental da sua construção literária.

A escolha do género literário apólogo, que confere a animais e a objectos inanimados o dom da expressão pela palavra, pode ganhar mais sentido se tivermos em conta que, no campo literá-

* Este artigo, na sua versão original, constituiu a *Lição síntese* apresentada no âmbito do concurso ao título de Agregado do Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 30 de Novembro de 2004. Expresso aqui os meus sentidos agradecimentos pela leitura atenta e cuidada, pelas sugestões e observações críticas e generosas do Doutor Aníbal Pinto de Castro. Agradeço igualmente as sugestões amigas que me fez, como sempre, o Prof. José Adriano de Carvalho e os apoios amigos e constantes do Prof. Jorge Osório, da Zulmira Santos, do Rogelio Ponce de León, do Pedro Tavares, do Luís Fardilha, da Ana Martínez e da M^ª Eugenia Díaz.

1. Cf. Jean COLOMÈS, *Le dialogue «Hospital das Letras» de D. Francisco Manuel de Melo*, texte établi d'après l'édition princeps et les manuscrits, variantes et notes, Paris, F.C.G.-C.C.P., 1970, 6.

rio, é uma espécie de equivalente da corrente da estética barroca que, pela mão de vários artistas, elevou diversos objectos inanimados ao lugar de protagonistas. Assim o fizeram, por exemplo, em Itália Caravaggio com uma *Cesta de frutas*, em Espanha Sánchez Cotán, Zurbarán e Antonio de Pereda com os «bodegones» – em alguns deles figurando relógios² –, em Portugal Josefa de Óbidos com as suas naturezas mortas³. Pela via da literatura – que é, obviamente, um importante domínio artístico –, D. Francisco participou dessa corrente estética trazendo para o plano da expressão literária as badaladas transformadas em vozes de dois relógios mecânicos que aguardavam concerto numa oficina de serralheiro. A originalidade da ideia é, só por si, bastante significativa.

Os *Relógios falantes*, uma obra «esquisita» – assim classificou D. Francisco os seus *Apólogos* no índice das temáticas e dos títulos das suas obras no início das *Obras Morales* (1664) –, estão dedicados ao Dr. António de Sousa Tavares, que era então «Desembargador dos Agravos, Juiz da Coroa e Chanceler do Estado de Bragança», figura que D. Francisco disse ser «não só varão da Justiça, mas varão justo»⁴ e que também elogiou na célebre carta ao Dr. Manuel Temudo da Fonseca, dizendo que «não só escreveu, escreve, professa e estuda a Política, mas a obrou na parte, que lhe coube dos negócios públicos»⁵. A dedicatória a este seu contemporâneo – talvez não por acaso por ser um juiz da Coroa e chanceler do Estado de Bragança – termina com a referência: «Nesta aldeia, em 20 de Setembro de 1654». «Esta aldeia» é, quase indiscutivelmente, a aldeia de Belas, um dos locais para onde se retirou temporariamente D. Francisco depois da sentença de desterro perpétuo para o Brasil e de onde, igualmente, datou a carta-dedicatória «a um amigo» da sua *Epanáphora amorosa* («Bellas 9 de Setembro de 1654»⁶); também de Belas terá escrito algumas «cartas familiares», como a que dirigiu ao Dr. Duarte Ribeiro de Macedo em 29 de Outubro desse mesmo ano de 1654⁷, poucos meses antes da partida para o Brasil (em 17 de Abril de 1655).

A valorização imediata destes dados concretos não é desprovida de sentido. Antes de mais, porque um dos relógios falantes é, não simplesmente *um* relógio de aldeia, mas, concretamente, o relógio *da* aldeia de Belas. Um relógio cujas horas, nesse final de Verão de 1654, possivelmente, D. Francisco ouviria soar regularmente⁸. Da mesma maneira, o outro dialogante deste apólogo não é, simplesmente, *um* relógio de cidade. É, concretamente, o relógio das Chagas – melhor, o relógio da igreja das Chagas de Lisboa. Ora, a igreja das Chagas de Cristo – que viria a ficar praticamente desfeita com o terramoto de 1755, mas que foi reconstruída ainda nesse século⁹ – era uma

2. Como já acentuou Luis MONTAÑÉS, «Bodegones con relojes en el siglo del Barroco», em *La máquina de las Horas*, Madrid, Eds. Isla, 1975, 143-152.

3. Sobre os significados culturais e artísticos das naturezas mortas e dos «bodegones» no Barroco, em vários países europeus, são ainda muito sugestivos os estudos de Emilio OROZCO DÍAZ, «Naturaleza muerta», em *Introducción al Barroco*, Granada, Universidad, 1988, vol. II, 7-25; «Sobre el concepto de bodegón en el Barroco», em *Temas del Barroco. De poesía y pintura* (1ª ed. 1947), Granada, 1989, 17-22; *Manierismo y Barroco*, Salamanca, Anaya, 1970, p. 53-4.

4. D. Francisco Manuel de Melo, *Os Relógios Falantes e Escritório Aparente*, ed. crítica de M^ª Judite Fernandes de Miranda, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vols. XX-XXI, 1963, «Prólogo», 30. Citarei sempre esta edição, abreviadamente, por *Relógios*.

5. D. Francisco M. de MELO, *Cartas familiares*, ed. de M^ª da Conceição M. Sarmiento, Lisboa, INCM, 1981, p. 416 (carta datada de 24 de Agosto de 1650). António de Sousa Tavares (1598-1667), dez anos mais velho que Melo, foi também autor de obras políticas, devocionais e poéticas (v. Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, reed. de Coimbra, 1965, Tomo I, pp. 403-4).

6. Dom Francisco Manuel de MELO, *Epanáforas de vária história portuguesa*, ed. facsimile da de 1660, com introdução e apêndice documental de Joel Serrão, Lisboa, IN-CM, 1977, p. 278.

7. Cf. *Cartas familiares*, ed. cit. (carta n.º 530), 498-9.

8. Este facto já foi realçado por Jean COLOMÈS, *La critique et la satire de D. Francisco Manuel de Melo*, Paris, P.U.F., 1969, 287. Apesar de este crítico ter sugerido que a escolha do relógio de Belas «Peut-être n'est-ce pas par hasard», não explorou as possíveis razões da mesma.

9. Situa-se ao fundo da rua das Chagas.

igreja importante na Lisboa de então: fora construída na primeira metade do século XVI, ficando concluída em 1542, tinha diversos privilégios, como o direito de paróquia, estando sujeita directamente à Basílica de S. João de Latrão de Roma, com isenção do Ordinário (privilégio que foi confirmado «por bula datada de 23 de Outubro» de 1623 pelo Papa Urbano VIII¹⁰); estava (como ainda está a sua reconstrução de finais do século XVIII) situada no Bairro Alto, que era, então, um bairro relativamente moderno: a planta de Lisboa de João Nunes Tinoco de 1650 mostra um desenho das ruas do Bairro Alto que obedece a grande regularidade, prova da sua modernidade¹¹ (quase «pré-pombalina»). A igreja – logo, também o seu relógio – era(m) pertença da confraria das Chagas de Cristo, confraria que, segundo João Baptista de Castro no *Mappa de Portugal* (Parte V, 1758) era composta «somente» por «homens marítimos da carreira da Índia, e mais conquistas»¹². Ainda segundo este autor, era «a dita irmandade padroeira, e administradora de todos os bens pertencentes a esta igreja, na qual tem cura, um thesoureiro, e tres capellães, cujo rendimento é incerto; pois se extrahe de todos os que embarcam nas náos de elrei, que fazem viagem para a Índia e Brasil; e tambem das esmolas, que dão os fieis á milagrosa Imagem da Senhora com o título da Piedade...»¹³. Por isso, os seus rendimentos deviam ser, no mínimo, muito razoáveis... Situava-se, concretamente, numa colina, a das Chagas, sobranceira ao rio e à outra colina de Belver ou do Pico (o Alto de Santa Catarina, com igreja do mesmo nome), ou seja, muito próxima da Calçada do Combro onde D. Francisco possuía um solar de família, no qual terá nascido e vivido na sua infância e parte da juventude¹⁴. Deste modo, também o relógio das Chagas era bem conhecido – e talvez outrora regularmente ouvido – por D. Francisco, tanto mais que estaria colocado no mesmo campanário que, até por razões fundacionais, anunciava alegremente à cidade a chegada das naus da Índia. Hoje, na torre da igreja reconstruída, lá está um relógio (com dois mostradores nas duas faces que dão para o rio), que conta apenas com o ponteiro das horas, num desenho que, se não é original, é muito semelhante ao de vários relógios da época.

Estes factos – que poderão parecer laterais – são, obviamente, importantes do ponto de vista dos possíveis significados culturais deste texto. Não penso que tenha sido casual a escolha do relógio das Chagas para, como «relógio da cidade», protagonizar este diálogo com o relógio de Belas. Pelo que se sabe da igreja das Chagas, dos seus privilégios, das suas rendas, das influências da sua confraria, é plausível imaginar o poder – nomeadamente, económico, mas também simbólico – que tinha esta igreja, sendo também possível suspeitar que, atendendo à riqueza das oferendas e esmoladas de que a igreja era dotada, este relógio não seria certamente dos mais modestos da cidade de Lisboa. Aliás, como se verá, os seus «concorrentes» neste apólogo são, nada mais nada menos, que o do Paço e o da Sé. Não existem referências a quaisquer outros relógios de campanário neste texto de D. Francisco e não logrei saber se outros existiam, nos anos 50 de seiscentos, na Lisboa de então. Seja como for, estes três relógios representam não só três edifícios importantes e emblemáticos e três espaços e zonas diferenciadas da cidade – a da Sé, a do Paço, a do Bairro Alto –, mas também distintos modos de olhar criticamente o horizonte social em que se inseriam. Do mesmo modo, o relógio de Belas – o «relógio da aldeia» –, apresenta um olhar crítico complementar do das Chagas, ou seja, do «relógio da cidade». Creio ser importante advertir, desde já, que nesta com-

10. *Dicionário da História de Lisboa* (dir. de Francisco Santana e Eduardo Sucena), Lisboa, 1994, 270-71.

11. Cf. Fernando CASTELO-BRANCO, *Lisboa Seiscentista*, Lisboa, 1957, 37.

12. João Baptista de CASTRO, *Mappa de Portugal*, 3ª ed., Lisboa, Typographia do Panorama, 1870, vol. III, 145.

13. *Mappa de Portugal*, ed. cit., III, 146. Sobre esta «milagrosa Imagem», veja-se Francisco de SANTA MARIA, *Santuário Mariano*, T. I, 324.

14. Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Melo. Esboço biographico*, (ed. fac-simile), Lisboa, Fenda, 1996, esp.12-18.

plementaridade (mais do que diferenciação) não se deverá procurar, de um modo que resultaria simplificador, a tradicional oposição cidade/campo que alimentou alguns textos emblemáticos do século XVI. Como tentarei mostrar mais adiante, a perspectiva de D. Francisco é um pouco mais complexa do que essa oposição poderia sugerir e, tirando duas frases que acentuam as vantagens do afastamento da vida citadina e cortesã¹⁵, bem como a menor idade e experiência do relógio de Belas, ambas as visões da sociedade que veiculam estes relógios são relativamente idênticas – melhor, como já disse, complementares –, igualmente críticas e, por vezes, seriamente desenganadas¹⁶.

É muito significativo que, neste apólogo de Manuel de Melo, o Relógio da Cidade se apresente a si próprio como «esse cansado, esse negro, esse maldito Relógio das Chagas, de Lisboa» e também como um «dos mais anciãos relógios da Cidade»¹⁷. E pela voz do relógio de Belas sabemos ainda que é um «tão grande e tão antigo cortesão, de quem a fama publica mil galantearias», embora este o veja agora «chagado e ferrugento»¹⁸. Realmente, se tivermos em conta a data da conclusão da construção da igreja das Chagas – 1542 – e admitindo que o relógio pudesse datar dessa altura, era já então um relógio centenário. Além disso, a sua idade também mostra a riqueza daquela igreja, num tempo em que os relógios eram, obviamente, raros e muito caros, sobretudo os grandes e pesados relógios de campanário¹⁹, e para mais neste país que certamente os importava do Norte da Europa. Já o de Belas, igualmente relógio de campanário²⁰, – embora diga que não sabe bem «se é cheminé ou campanário a casa da minha vivenda», mostrando assim ser um relógio não eclesiástico, mas igualmente de serviço público – este conta apenas com trinta anos («Penduraram-me há trinta anos (...) e assim, sem mais nem menos, mandaram-me ser relógio que governasse a terra sobre minha palavra»²¹). Como diz já quase no final do apólogo, «Eu sou relógio cristão e louvo a Deus por tão grande mercê, porque ainda que não vivo, como vós, das portas adentro com a Igreja, sempre lhe fui afeiçoado e, por parte dos metais, ainda sou parente muito próximo, dos sinos da minha freguesia»²². Assim, mais do que servir de oposição ao das Chagas (ou, mesmo, aos da cidade), serve sobretudo de complemento, para testemunhar uma menos experiente – embora, com frequência, também desenganada – visão da sociedade em que se insere. Não por acaso as últimas falas do relógio da cidade soam a despedida, já que, com o ferro envelhecido a correr-lhe nas veias – porque «todos [os relógios] somos sujeitos ao mugre e à ferrugem»²³ –, pouca é a sua esperança de conserto, logo, de vida, e por isso as suas falas são também um testemunho legado, antes de mais ao relógio mais jovem, das suas experiências baseadas na observação da

15. Sobretudo duas frases do relógio da aldeia: a primeira, a afirmação de que «não somos os aldeãos os mais mofinos, vivendo em perene desterro das cortes e cidades, se nelas vai tanto de monte a monte a má malícia» (ed. cit., 44); a segunda, quase no final do apólogo: «Não entendo dos usos da Corte nem quisera saber desse» (ed. cit., 67). Outras referências críticas ao mundo da corte não implicam propriamente contraposição à aldeia.

16. Note-se que, logo numa das primeiras falas dos dois relógios, depois da afirmação do relógio da cidade de que «Anda o mundo desconcertado e o peor é que nos põem a nós a culpa», o da aldeia reconhece que «Essa manha sempre ele a teve; e muitas vezes, cá pelas minhas mossas de ferro, hei notado que de contínuo os baixos pagam os encontros dos altos...» (*Relógios*, 35).

17. *Relógios Falantes*, 35-36.

18. *Relógios*, 35. Quase no final do apólogo, dirá novamente o relógio da aldeia que «...sois relógio velho da cidade por quem, havendo passado muitas horas, é força que hajam passado muitos dias, semanas, meses, anos, que são os bancos da escola da experiência» (*Relógios*, 61).

19. Jo Ellen BARNETT, *El péndulo del tiempo. En pos del tiempo: de los relojes de sol a los atómicos* (trad. do inglês), Barcelona, Península, 1999, esp. 77-86.

20. *Relógios*, 35: «R.C. – Ora, pois todos somos de campanário...».

21. *Relógios*, 39-40.

22. *Relógios*, 64.

23. *Relógios*, 67.

vida – melhor, do desconcerto – da cidade, do comportamento dos homens, dos seus anseios e dos seus vícios. São palavras de conselho, de advertência e de desengano²⁴ as que deixa ao mais jovem e menos experiente relógio de Belas, avisando-o da importância de sofrer «como bom não só que te consertem o erros mas os mesmos acertos, porque por aí hão-de começar a emendar-te, que é manha dos mestres de agora»²⁵.

2. A metáfora do(s) relógio(s)

Mas antes de entrar na análise do texto, há ainda que ter em conta o uso – inteligente, «agudo» e original – da metáfora do relógio por D. Francisco. Talvez seja importante insistir no facto – porque não só é evocado pelo autor como subjaz ao modo como constrói todo o apólogo – de que os relógios em causa não são só relógios mecânicos, feitos em ferro forjado e outros metais, construídos a partir de complexos mecanismos de pesos e rodas; são também relógios de torre, cujas horas soavam através de sinos, regulando assim a cadência horária do tempo na zona citadina ou aldeã da sua influência. Não são relógios de sol, nem de areia, nem de água, nem de fogo e esse facto é essencial para se compreender não só a antropomorfização destas máquinas pelo autor, como também os objectivos simultaneamente irónicos e críticos que D. Francisco claramente assume no texto. É certo que a poesia «barroca» – sobretudo da segunda metade de Seiscentos – também explorou, por vezes com uma carga satírica forte, as potencialidades poéticas e irónicas do relógio, em particular do de areia e do de fogo (as ampulhetas e as velas)²⁶. Lembro, apenas a título de exemplo, os significativos títulos dos sonetos de Francisco López de Zárate «Al que traía un reloj con las cenizas de su dama por arenas», de Pantaleón de Ribera «A un reloj que juntamente era candil y alumbraba con su luz al indice que señalaba los números, moralizando a lo caduco de la llama y lo veloz de las horas» (1634), e o de Gaspar Alonso de Valeria «Viendo las cenizas de un cortesano en un relox de arena» (1681)²⁷.

Os relógios mecânicos, incluindo os de campanário, eram não só mais modernos e mais sofisticados, mas também, de certa forma, mais prosaicos, e D. Francisco, sempre capaz de fazer de matéria antiga novas formas, soube explorar, com profundo sentido poético e com uma aguda consciência crítica, as suas características e as suas potencialidades tanto satíricas quanto filosófi-

24. Para a relação deste Apólogo com o conceito de desengano já chamou a atenção Rodrigues Lapa na introdução à sua edição dos *Apólogos Dialogais, I – Relógios Falantes*, Lisboa, Gráfica Lisbonense, 1939, 15-16: «Nos *Relógios Falantes* (...) as suas [dos relógios] considerações constituem também uma censura dos costumes do tempo, dos validos, da moda, etc. Por fim, o tom é mais grave, e fala-se na velhice e na morte. É o sentimento do «desengano» que constitui o travo de toda a literatura moral de Seiscentos. Por todo êle, como pelos demais, as cintilações do espírito do autor e o seu profundo conhecimento dos recursos da língua». Também José Adriano F. CARVALHO, «Aspectos do desengano e da aceitação da vida em D. Francisco Manuel de Melo», *Brotéria*, vol. LXXVIII, nº 3 e 4 (Março-Abril 1964), esp. 277-291. Veja-se ainda M^a Lucília Gonçalves PIRES, «"Homo lupus hominis"». O pessimismo antropológico em D. Francisco Manuel de Melo», em *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Reitoria da U.P., 1991, vol. II, 269-275.

25. *Relógios*, 67-8.

26. Veja-se o sugestivo estudo de José Adriano de CARVALHO, «O 'museu do tempo' na poesia espanhola do século XVII», em *IV Centenário do Nascimento de Quevedo – Ciclo de Conferências*, Porto, Fundação Eng^o António de Almeida, 1982, 41-73.

27. Sobre estes e outros poemas e o seu contexto literário, veja-se José Adriano de F. CARVALHO, «O 'museu do tempo...», esp. 80-83. Para a poesia italiana, veja-se a antologia elaborada por Vitaniello BONITO, *Le parole e le ore. Gli orologi barocchi: antologia poetica del Seicento*, Palermo, Salerno Editore, 1996. Para uma visão mais ampla da relação da relojoaria com a literatura europeia, especialmente inglesa, é ainda sugestiva a obra de Samuel L. MACEY, *Clocks and Cosmos. Time in Western Life and Thought*, Hamden, Connecticut, Archon Books, 1980, esp. 123-143.

cas. Aliás, ele próprio usou a mesma metáfora do relógio (curiosamente, também mecânico) para significar a prática da amizade, numa carta a um amigo em que, com ironia afável, o censurava por não lhe responder a outra sua: «Lembro a V. M. que os relógios em lhe não andando com os pesos logo param, e eu, como tenho já gastadas ou já moles as molas da paciência, por muito menos que isto me dou por agravado. E mas que me vejam dar horas como relógio, recolho a mão e não ando a ponto»²⁸.

Ainda a propósito deste aspecto, convém ter presente que os relógios mecânicos foram uma invenção da segunda metade do século XIII, invenção que muitas repercussões teve não só na concepção do tempo, mas também na própria organização da vida económica, do quotidiano da cidade, do ritmo da vida social, como há muito mostrou Jacques Le Goff²⁹. Na opinião de David S. Landes, «The invention of mechanical clock was one of a number of major advances that turned Europe from a weak, peripheral, highly vulnerable outpost of Mediterranean civilization into a hegemonic aggressor»³⁰, e por isso este crítico o considerou equivalente, por exemplo, à invenção da imprensa. Talvez esta opinião não seja isenta de algum exagero, mas tem um fundo de verdade. Não só a consciência do tempo no Renascimento e no Barroco se tornou mais aguda e constante³¹, influenciando o próprio ritmo da vida económica e social e, obviamente, individual, como também, especialmente no século XVII, a arte da relojoaria se desenvolveu – tanto técnica como artisticamente – de um modo muito significativo. Basta ver o aperfeiçoamento crescente destas máquinas, a diversidade, o requinte ou o luxo de alguns relógios portáteis e de bolso, a que, aliás, a pintura seiscentista, incluindo a espanhola, recorreu diversas vezes³².

Mas ao luxo e ao requinte ainda faltava, apesar de todos os avanços, a precisão e a pontualidade. À data da redacção e da dedicatória dos *Relógios Falantes*, ainda Christian Huygens não tinha concretizado ou divulgado a sua invenção do relógio de pêndulo, o que veio a fazer apenas em 1657, abrindo caminho a uma ainda mais precisa e regular contagem e, conseqüentemente, mais aguda concepção do tempo³³. Mas talvez D. Francisco, que até se interessava por questões matemáticas³⁴, não desconhecesse as notícias sobre o desenho de um relógio de pêndulo que Galileu Galilei terá feito, mais de dez anos antes, em 1642 (ano da sua morte), e a partir do qual o seu filho Vincenzo ainda tentou construir um relógio, com a ajuda de Domenico Balestri, mas que não

28. *Cartas Familiares*, ed. cit., «A um amigo», s.d., p. 531.

29. Jacques LE GOFF, «Au Moyen Age: Temps de l'Eglise et temps du marchand» e «Le temps du travail dans la "crise" du XIV^e siècle: du temps médiéval au temps moderne», em *Pour un autre Moyen Age: Temps, travail et culture en Occident: 18 essais*, Paris Gallimard, 1977, respectivamente, 46-65 e 66-79. Estudos mais recentes têm desenvolvido e ampliado as perspectivas de J. Le Goff. Veja-se o estudo de Gerhard Dohrn-van ROSSUM, *History of the hour. Clocks and Modern Temporal Orders*, Chicago, The University of Chicago Press, 1996, esp. 1-288.

30. David S. LANDES, *Revolution in time. Clocks and the making of the modern world*, Cambridge, Massachusetts, and London, The Belknap Press of Harvard University Press, 1983, 12.

31. Ricardo J. QUINONES, *The Renaissance Discovery of Time*, Cambridge-Massachusetts, Harvard University Press, 1972, esp. 3-27; Vitaniello BONITO, *L'occhio del tempo. L'orologio barocco fra scienza, letteratura ed emblematica*, Bologna, Libreria Universitaria Editrice, 1995.

32. Veja-se, em particular, a monografia de Jesús HERNÁNDEZ PERERA, *La pintura española y el reloj*, Madrid, Roberto Carbone, 1958, e José Javier AZANZA LÓPEZ, «Lectura emblemática de los retratos de Antonio Ricci en las Agustinas Recoletas de Pamplona», em Sagrario LÓPEZ POZA (ed.), *Florilegio de Estudios de Emblemática – A Florilegium of Studies on Emblematics (Actas del VI Congreso Internacional de Emblemática de The Society for Emblem Studies)*, A Coruña, Sociedad de Cultura Valle Inclán, 2004, 155-165, esp. 159-161.

33. Sobre o impacto e repercussões desta novidade mecânica, veja-se o clássico estudo de David S. LANDES, *Revolution in time*, ob. cit.

34. Terá, aliás, escrito umas *Concordâncias matemáticas*, de acordo com o elenco das suas obras incluído nas *Obras Morales* (1664).

conseguiu terminar porque morreu em Maio de 1649³⁵. Como se sabe, a precisão dos relógios mecânicos anteriores aos de pêndulo, devido à natureza do seu mecanismo, às fricções das suas rodas, à necessidade de levantamento manual dos pesos, ao desgaste do ferro e dos metais, estava ainda longe de ser lograda. Os movimentos das suas peças, mesmo se limpas e oleadas com regularidade, não conseguiam evitar as significativas margens de erro na cadência horária, que eram mais elevadas, obviamente, se o seu mecanismo não era objecto de manutenção regular e cuidada, podendo levar mesmo à sua paragem. Como reconhece o relógio das Chagas no final deste apólogo, «Gastam-se-nos com o uso as molas, quebram-se-nos os dentes com o exercício, as cordas nos afrouxam com a continuação e, no cabo, não há nenhum de nós que não dê seu par de badaladas»³⁶. E o mesmo relógio explicou, logo no início, que foi parar ao serralheiro porque o seu «pedagogo» – que deveria cuidar da sua manutenção – «era um tesoureiro que entesourava quanto lhe davam...», que «jamais me untou as rodas, pelas untar ao carro de seu proveito; jamais me limpou, temendo sujar-se» e, por isso, «em lugar dos pesos, que me não levantava, me levantou mil falsos testemunhos...»³⁷. As razões e a frequência da avaria deste relógio seriam perfeitamente credíveis para os contemporâneos de D. Francisco, para quem a mesma avaria era também motivo de confusão e, possivelmente, de irritação, porque assim deixavam de ter a já esperada (e para muitos única) regularidade da contagem do tempo.

Por outro lado, importa lembrar também que, nestes meados do século XVII, os relógios portáteis e os de bolso começavam a ser mais frequentes nos estratos sociais de maior poder e esse facto também não é ignorado nem omitido pelo autor, antes lembra que «todos os que nos governam trazem seus relógios consigo, por ser insígnia do homem de estado, os quais eles temperam sempre à sua vontade...»³⁸. Dos «homens de estado» e também de algumas damas, que gostariam igualmente de os regular à sua vontade, como sugere o próprio D. Francisco no soneto «Amarili adereçaua un reloj», incluído na *Lira de Clío*³⁹. Lembro também o retrato imponente de Mariana de Austria feito por Velázquez que tem como único adereço lateral um relógio portátil colocado em cima de uma mesa...

Mas, obviamente, esses relógios, alguns deles verdadeiras obras de arte, não chegavam aos bolsos nem às mesas da gente comum que apenas acedia, pelo som do sino, a algumas horas canónicas e às do relógio da torre.

A partir do momento em que a cidade ou a aldeia podiam contar com a regularidade das horas, o mau funcionamento do relógio podia trazer significativas perturbações. D. Francisco, neste apólogo, explorou as consequências dessas perturbações e, sobretudo, inspirou-se nelas para a fabulosa antropomorfização destas máquinas do tempo e para a subtileza das críticas e das reflexões sobre a sociedade do seu tempo que, como veremos, quis expressar de um modo «esquisito» – sentido que a palavra ainda mantém no espanhol actual –, mostrando como a ciência e a literatura tinham muito mais afinidades do que a nossa divisão disciplinar deixa perceber...

Além disso, D. Francisco conhecia seguramente muitas utilizações, com sentidos diferenciados, das variadas metáforas do relógio, das horas, do tempo (que, obviamente, tinham matizes de uti-

35. L. DEFOSSEZ, *Les savants du XVIIe siècle et la mesure du temps*, Lausanne, Ed. du Journal Suisse d'Horlogerie et de Bijouterie, 1946, esp. 72-82 e 112-119; Rachel DOGGETT, *Time, the great innovator. Timekeeping and time consciousness in Early Modern Europe: an exhibition*, Washington, The Folger Shakespeare Library, 1986, esp. 68-72.

36. *Relógios*, 67.

37. *Relógios*, 36.

38. *Relógios*, 37.

39. «Ten, no te bueluas, Amarili, espera/ Que hora mandas que sea? Ay que ninguna/ Jamás dará el Relox, ó la Fortuna,/ Como esta, ó mentirosa ó verdadera (...).», in *Obras Métricas, La Lira de Clío. Setima Musa del Melodino*, soneto XCII, p. 47.

lização). Diversos estudos, sobretudo dos anos 50-80 do século XX, já mostraram como a arte barroca – além da poesia, a que atrás aludi – trabalhou, de modo diversificado, essas metáforas, como explorou a simbologia dos relógios, em particular da ampulheta e do relógio mecânico portátil (de mesa), mas também o de parede. Se nos finais da Idade Média figuraram algumas vezes como símbolo da Sapiência e, sobretudo no Renascimento, como símbolo da Temperança⁴⁰, também simbolizaram muitas vezes a fugacidade da vida (em especial a ampulheta, como se compreende), a vida ascética e contemplativa⁴¹, a inevitabilidade da morte, e, sobretudo no século XVII, a vaidade e o desengano da vida⁴². Apesar de relativamente escassas, as representações pictóricas espanholas do relógio (dos vários tipos de relógio) nos séculos XVI e XVII são muito significativas. Não por acaso é um objecto presente em retratos de Velázquez e de outros pintores seiscentistas espanhóis.

Também a literatura emblemática dos séculos XVI e XVII explorou não só a imagem simbólica do relógio, como também as diversas facetas do poder do tempo. Assim o fez Juan de Borja nas *Empresas morales* (>1581), notando a semelhança do relógio com o bom governo da República⁴³; Sebastián de Covarrubias, nos *Emblemas morales* (1610)⁴⁴, identificando o relógio de pesos com o homem «grave y entero», ou lembrando o poder de nivelamento social do tempo e da morte⁴⁵; e ainda Diego Saavedra Fajardo, na *Idea de un príncipe político christano* (1640) – obra elogiada, porque livre das «doenças», no *Hospital das Letras*, pela voz de Quevedo e de Bocalino⁴⁶ – que nos apresenta, no emblema 57 (da segunda edição, 1642), o relógio como símbolo do «concierto y armonía» do «gobierno de la monarquía de España»⁴⁷. A estas obras voltarei mais adiante.

Mas a identificação, em alguns textos políticos, da figura do rei ora com o sol ora com o relógio traduz bem esta ideia de máquina que se governa por uma regularidade continuada para daí lograr a harmonia social. Ilustra-o bem uma passagem dos *Diálogos* de Fr. Amador Arrais (1604), em cujo diálogo V, «Das condições e partes do bom príncipe» se afirma pela voz de Justiniano: «Bem comparado he o Rey co reloj, porque assi pende o seu acerto ou desacerto das das pessoas de seu conselho, como o concerto ou destempero do reloj pende das rodas, & pesos de que se ajuda. E como estas chegando ao chão o nam deixaõ fazer seu officio, assi elles fixando os olhos na terra (isto he sendo avaros & cativos de seu interesse) o faram muytas vezes errar. Digo mais que tão honrado fica aquelle que sabe pedir o conselho, como aquelle que o sabe dar»⁴⁸.

40. Luis MONTAÑÉS, «La Templanza, un símbolo del Renacimiento», e «El santo del reloj» em *La máquina de las Horas*, respectivamente, 125-134 e 137. J. HERNÁNDEZ PERERA, *La pintura española y el reloj*, Madrid, 1958, esp. 3-19; Julián GAL-LEGO, *Visión y símbolos en la pintura española del Siglo de Oro*, Madrid, Cátedra, 1991, p. 220.

41. Especialmente em representações pictóricas de S. Jerónimo dos séculos XVI e XVII. Cfr. J. HERNÁNDEZ PERERA, *La pintura española...*, esp. 7 e ss. e L. MONTAÑÉS, «El santo del reloj», em *La máquina de las horas*, 135-141.

42. Vejam-se, por exemplo, o lenço pintado por Antonio de Pereda (m. 1665) intitulado *Sueño de la vida* ou, segundo outra denominação, *Desengaño de la vida*, bem como o seu *Bodegón* (1652), ou o *Memento mori*, ou a *Vanitas*; também a *Alegoría de la vanidad* (1660) de Juan Valdés Leal (cf. J. HERNÁNDEZ PERERA, *La pintura española...*, esp. 28 e ss.; Luís MONTAÑÉS, «Bodegones con relojes en el siglo del Barroco», em *La máquina de las Horas*, 143-152.

43. Juan de BORJA, *Empresas Morales* (fac-simile da ed. de Bruxelas, 1680 e introd. de Carmen Bravo-Villasante), Madrid, F.U.E., 1981, 398-9: «A supremo dirigitur».

44. Sebastián de COVARRUBIAS, *Emblemas Morales* (ed. facsimile da de Madrid, 1610 e introd. de Carmen Bravo-Villasante), Madrid, F.U.E., 1978, Cent. II, emblema 42, p. 142.

45. S. de COVARRUBIAS, *Emblemas morales*, Cent. II, emblema 30.

46. Cito pela edição de Jean COLOMÈS, *Le dialogue "Hospital das Letras" de D. Francisco Manuel de Melo*, Paris, F.C.G.-C.C.P., 1970, p. 124.

47. Diego SAAVEDRA FAJARDO, *Empresas Políticas* (ed. de Sagrario López Poza), Madrid, Cátedra, 1999, 663-674, esp. 672.

48. Fr. Amador ARRAIS, *Diálogos*, Porto, Lello & Irmão, 1974, Diálogo V, cap. XIII, «Quam trabalhoso & perigoso he o estado dos que governão», 344-5.

Lembro ainda, repetindo o que já notaram diversos críticos, que, já em 1529, Fr. Antonio de Guevara – o bispo/pregador de Carlos V, cuja coleção de (e fascínio pelos) relógios é famosa⁴⁹ – dera à sua mais célebre obra o título de *Relox de príncipes*, dizendo ser esta, então, uma «denominación (...) tan nueva»⁵⁰, apresentando a obra como um «relox de vida», porque, como concluiu o prólogo da obra, se «El fin principal de tener relojes es por ordenar las repúblicas», o do seu *Relox de Príncipes* era o de ensinar «a mejorar las vidas, porque muy poco aprovecha que estén muy concertados los relojes, y que anden en bandos y dissensiones los vezinos»⁵¹.

Voltando ao século XVII, Quevedo, de quem D. Francisco se disse amigo – e de cujas inter-influências em vários textos sempre se suspeitou –, também trabalhou o tema do relógio animado na silva «A un reloj de campanilla», poema que só veio a ser postumamente publicado em *Las tres musas últimas castellanas* (1670). Curiosamente, começa com a referência a «El metal animado, /a quien mano atrevida, industriosa,/ secretamente ha dado/ vida aparente en máquina preciosa,/ organizando atento/ sonora voz a docto movimiento ...»; também afirma ser uma «máquina en que el artífice, que pudo/ contar pasos al Sol, horas al día,/ mostró más providencia que osadía,/ fabricando en metal disimuladas/ advertencias sonoras repetidas,/ pocas veces creídas,/ muchas veces contadas/...»; A sua conclusão não é menos interessante:

Estima sus recuerdos,
teme sus engaños,
pues ejecuta plazos de los años,
y en él te da secreto,
a cada Sol que pasa, a cada rayo,
la muerte un contador, el tiempo un ayo⁵².

Manuel de Melo, conhecedor de diversas utilizações metafóricas, simbólicas e emblemáticas do relógio, possivelmente devedor de algumas delas, conseguiu uma vez mais uma abordagem original e concretizada na sociedade portuguesa do seu tempo (como, aliás, já fizera a propósito do tema do casamento na sua *Carta de Guia de Casados*, escrita em 1650 e publicada em 1651). De facto, jogando com muitos dos sentidos dessas utilizações por outros autores, deu-lhes também significados sociais e culturais que aqui tentarei desmontar. Se é certo que, acima de tudo, esta obra de D. Francisco é um brilhante exercício literário em que os recursos retóricos são habilmente utilizados para sugerir o natural encadeamento conversacional de dois relógios acusados de maus cumpridores, não é menos verdade que tal exercício tem na base uma profunda reflexão crítica em torno de vários temas muito importantes – e presentes em variadas obras da época, sobretudo espanholas –, do século XVII ibérico, como o peso das aparências na vida social e política, os desacertos do governo da República e o desconcerto da sociedade, o desengano da vida, da política e da justiça, a força da roda da fortuna, a verdade e inexorabilidade da morte. Mas o modo como Melo trabalhou estes temas, sendo claramente original, tem especial valor cultural na medida em que, ora se aproxima, ora se afasta de perspectivas semelhantes ou complementares que percorrem outras obras de pensadores, escritores e artistas do seu tempo.

49. Augustin REDONDO, *Antonio de Guevara (1480?-1545) et l'Espagne de son temps. De la carrière officielle aux oeuvres politico-morales*, Genève, Droz, 1976, 529-530.

50. *Relox de príncipes*, em *Obras Completas* (ed. de Emilio Blanco), Madrid Turner, 1994, 29.

51. *Relox de Príncipes*, ed. cit., 30.

52. Francisco de QUEVEDO VILLEGAS, *Obras Completas – Obras en verso* (ed. crítica de Luis Astrana Marín), Madrid, Aguilar, 1943, 472-3.

3. O jogo das aparências: as diabruras dos relógios

Como a parca bibliografia sobre a obra tem notado⁵³, a abertura do texto parece inspirada na situação criada por Miguel de Cervantes em *El coloquio de los perros* (1ª ed. 1613), embora os relógios de D. Francisco se não questionem sobre a maravilha do dom da fala, como sucedeu com os cães daquele colóquio. Estes relógios entram directamente no diálogo amistoso, quase cúmplice – e com algumas marcas discursivas picarescas – em torno da sua situação presente, das experiências de vida de cada um, do modo como foram acompanhando a vida da cidade e da aldeia a que cada um pertencia (e que em certa medida representam). É certo que o paralelismo das obras destes dois autores, em termos de concepção e até de progressão dialógica, é evidente, mas as perspectivas e os temas desenvolvidos por uma e outra são totalmente distintos, apesar de partilharem muitas visões críticas em relação às modas e aos «enganos» do seu tempo. Mas a dimensão satírica dos *Relógios* parece, por vezes, aproximar-se mais de algumas tiradas do sonho de *El mundo por de dentro* de Quevedo, em que a visão do desengano é quase cruel. Aliás, a primeira fala do «viejo venerable en sus canas», seu nome Desengano, dirigida ao jovem que o desafia é esclarecedora: «...¿Tú por ventura sabes lo que vale un día? ¿Entiendes de cuánto precio es una hora? ¿Has examinado el valor del tiempo? (...) Dime ¿has visto algunas pisadas de los días? (...). Sábetete que la muerte y ellos están eslabonados y en una cadena, y que cuando más caminan los días que van delante de ti, tiran hacia ti y te acercan a la muerte...»⁵⁴

Apesar das possíveis ressonâncias – até porque D. Francisco conhecia bem aquelas obras de Quevedo –, também aqui a originalidade dos *Relógios Falantes* é manifesta, tanto mais que nesta obra as máquinas do tempo não funcionam apenas como símbolos – como sucedia, por exemplo, na literatura emblemática ou na pintura –, mas são dotados de uma vida própria e muito concreta. São estes relógios que contam como eles próprios foram, alternadamente, mostradores, reguladores, controladores e também ladrões do tempo. Obviamente, mostravam e soavam as horas (nestes relógios mecânicos a fracção mais pequena do tempo que mostravam era a hora), mas sabiam que não criavam, não impediam nem decidiam a passagem do tempo. Este corria independentemente da verdade ou da mentira dos relógios, como bem adverte o da cidade: «cuidam os descuidados que para eles não corre o tempo nem as horas fazem seu ofício, só porque não ouvem o relógio da vezinhança...»⁵⁵.

Ora, o que os relógios controlavam era a percepção que os homens tinham do tempo através da audição ou, quando era possível, da visão do mostrador das horas, porque eles eram – ou deviam ser – apenas a face visível e audível da invisibilidade e do silêncio do tempo. Se, estando os «vizinhos» habituados a regular as suas actividades pelo som do relógio e não o ouviam soar, ou se o ponteiro estava colocado sobre um número que a vaga percepção temporal indicava ser inverosímil, podemos imaginar como tal irregularidade podia ser perturbadora. Hoje, como temos uma aguda (se não dramática) consciência do tempo e do seu controlo com precisão – por todos nós... –, não nos será difícil imaginar aquela perturbação, tanto mais que para a maioria da população, é preciso lembrá-lo, aquele era o único relógio de que dispunham, para além do vago tempo indicado pelo sol (se as nuvens o não cobriam) ou pelo soar das (ou de algumas) horas

53. Sobretudo a partir da afirmação de A. Correia de OLIVEIRA na introdução à sua edição dos *Relógios Falantes. Apólogo dialógico primeiro*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1942, 29: «Os Apólogos... foram visivelmente compostos sob a sugestão de *Los sueños* de Quevedo e do *Coloquio de los Perros* de Cervantes... O simbolismo dos *Relógios falantes* é imitação de *La hora de todos* e de um modo geral toda a obra se ressentida da influência de Quevedo»; «A alegoria das horas é imitação de *La hora de todos*, a que o autor se refere no texto...» (p. 32).

54. Francisco de QUEVEDO, *Los sueños* (ed. de Ignacio Arellano), Madrid, Cátedra, 2003, 485.

55. *Relógios*, 62.

canónicas... Os que estavam habituados a regular o seu quotidiano por essa cadência sonora e regular do tempo, independentemente do dia ou da noite – e deixando agora de parte a indicação sonora das pausas para oração – não deviam ficar muito contentes quando o relógio os «enganava», lhes mentia, deixando de soar as horas regularmente, ou soando-as fora de horas... Ora, é com este «engano», e também com essa atribuição de culpa ao relógio, que joga D. Francisco, consciente, obviamente, da importância do controlo mecânico do tempo da vida quotidiana, da individual e da colectiva. Como afirma o relógio da cidade logo numa das primeiras falas, «anda o mundo desconcertado e o peor é que nos põem a nós a culpa»⁵⁶, o que o relógio da aldeia confirma com o símile dos astros⁵⁷ para concluir que «os homens desmancham o mundo, e os relógios tem a culpa»⁵⁸.

Por isto estes relógios se encontram, aguardando conserto, na oficina de um serralheiro que é também caldeireiro. Este facto também é muito significativo e é necessário tê-lo presente. Ou seja, o seu conserto não se faz num relojoeiro – como hoje –, mas num serralheiro ou num caldeireiro (quando não num ferrador de cavalos)⁵⁹. E não é apenas porque são instrumentos de ferro e de outros metais (como o bronze), mas muito provavelmente porque não haveria em Portugal um só relojoeiro profissional (pelo menos, para este tipo de relógios). Explica o relógio da cidade que «nesta casa em que estamos se vem a curar os mais ilustres relógios da Corte e reino»⁶⁰ como, por exemplo, o da Sé, razão pela qual o relógio da aldeia pergunta: «O Relógio da Sé em casa de serralheiro? (...) O da Matriz?!»⁶¹. De facto, o ofício de relojoeiro era então uma profissão muito rara ainda, sobretudo nos países da periferia europeia – contrastando, por exemplo, com a Itália, a França e a Alemanha⁶². Talvez convenha referir aqui uma passagem sugestiva das *Notícias de Portugal*, de um contemporâneo e amigo de D. Francisco, o Chantre de Évora Manuel Severim de Faria, que no seu célebre discurso *Dos meynos com que Portugal póde crescer em grande numero, para augmento da Milicia, Agricultura, e Navegação* com que abre as referidas *Noticias de Portugal* lembrou que «Em Alemanha, por haver muita gente, florece tanto a mechanica, que a ella se atribue a invenção da impressão, polvora, a artilharia, as maravilhosas fabricas dos relógios, e dos mais instrumentos Mathematicos...»⁶³. Em Portugal, os relógios só tinham conserto em oficinas de serralheiros, de caldeireiros ou, mesmo, de ferradores. D. Francisco, um conhecedor de várias cidades europeias, não deixa de ironizar sobre esse facto, pela voz do relógio da aldeia, para quem «a boa vontade, desarmada da ciência e experiência, não basta para fazer homens peritos, como cá cuidamos». As suas palavras são bem sugestivas:

(...) Ora os vezinhos, vendo-me parado, encomendaram-me a um alveitar⁶⁴ que vivia junto de mim, o qual aceitou logo a comissão, muito persuadido de que, por eu ser de ferro e ele tratar em

56. *Relógios*, 35.

57. *Relógios*, 35: «Opõem-se lá no céu dois planetas, eclipsa-se o sol ou a lua, e nada de tudo aquilo prejudica ao céu. Pagam os campos, as sementeiras e tal vez os homens, as paixões que passam as estrelas no seu firmamento e os planetas em suas esferas, como se nós os aticássemos...».

58. *Relógios*, 35.

59. Os relógios tanto dizem estar num serralheiro como num caldeireiro. Uma "com-fusão" de ofícios? O serralheiro ocupava-se de objectos de ferro, de fechaduras, etc.; o caldeireiro trabalhava sobretudo com o cobre; ambos os materiais entravam na composição dos relógios mecânicos, o que talvez explique a alternância das referências. Por sua vez, como se dirá, o relógio da aldeia já tinha estado num alveitar ou ferrador de cavalos...

60. *Relógios*, 42.

61. *Relógios*, 43.

62. Como mostrou Carlo M. CIPOLLA, *As máquinas do tempo* (trad.), Lisboa, Edições 70, esp. 23

63. A 1ª edição foi publicada em Lisboa, 1655. Cito pela 3ª edição, Lisboa, Officina. de Antonio Gomes, 1791, 7.

64. Do árabe *alveitar*, que significa ferrador. O sentido desta palavra evoluiu para veterinário, mas D. Francisco utiliza-a no seu sentido original.

ferraduras, logo atalharia meus desconcertos. De aqui procedeu que o pobre ferrador, empregado em o que não sabia, deu comigo e deu consigo de avesso. Porque os viandantes, vendo-o já mestre de relógios, não ferravam na sua tenda; e os moradores, sabendo quão mal relojoeiro lhes saíra, não lhe pagavam o selário⁶⁵.

Este exemplo pretende igualmente servir de base para uma crítica mais vasta à valorização das aparências, que está presente, compreensivelmente, em muitos textos do século XVII, e que o mesmo relógio de aldeia já tinha formulado numa das primeiras falas: «Não se fie de aparências, senhor Relógio, porque dessa maneira nos está enganando todo o mundo; e até o mesmo céu, que cada dia nos parece azul, não tem cor alguma»⁶⁶. Pelo desejo de aparentar e retirar o respectivo proveito, diz o relógio da cidade que muitos homens «por isso medram: uns por tomarem os ofícios que não são seus, outros por fazerem o que não sabem», vendendo «a sua ignorância por mistério; e como ninguém quer mostrar que ignora o que outro mostra que sabe, fica-lhes mais perto aprovar a parvoíce alhea que descobrir a própria»⁶⁷. E mais adiante dirá novamente o relógio da aldeia que «há dias (como V.M. melhor sabe) que ninguém val pelo que é, senão pelo lugar em que o vemos»⁶⁸ – frase que, quase textualmente, vem a repetir a Fonte Velha na *Visita das Fontes*⁶⁹. E, mais adiante ainda, o relógio da cidade lembrará que não só «os ministros se fazem aos olhos do mundo aqueles que não são», como também «os lisonjeiros se [fazem] aqueles que não são aos olhos dos ministros», mas logo nota que a Providência divina tratará de, através do «vestuário do tempo», mostrar «esta farsa em que todos andam» e, assim, todos os seus comediantes terminarão igualmente na sepultura, «despindo os faustos e as tramóias com que, para representarem suas figuras, os adornou a ambição ou a soberba»⁷⁰. Assim, o tempo é, como o diziam já muitos textos anteriores, também sinónimo de verdade que, mais cedo ou mais tarde, independentemente da verdade ou da mentira dos relógios, desfará os enganos e dará as suas sentenças...

Deste modo, ambos os relógios dizem assumir um papel nesta grande comédia do mundo – um tema que Melo trabalha no quadro da grande fortuna literária que, como é bem sabido, o mesmo teve nos séculos XVI e XVII⁷¹ –, mostram-se conhecedores dos recursos da simulação no seu tempo e participam igualmente desse hábito do engano, apresentando-o, no seu caso, ora como um capricho, ora como falta de manutenção, ora como acto de justiça. O relógio da aldeia uma vez fingiu-se «doudo», para poder fazer a sua vontade e não ter que dar as horas com regularidade, tanto mais que essa regularidade era mais eficazmente conseguida pelo relógio d'«a gula do sancristão ou [d]a preguiça do cura»⁷². O relógio da Sé foi uma vez acusado de avaria, porque «o senhor sineiro, a fim de lhe cáirem as matinas baixas pela menhã, tudo era fazer dormir toda a noite o bom relógio. Faltava o tempo para louvar a Deus e sobejava para o seu sono» e, por isso,

65. *Relógios*, 40.

66. *Relógio*, 34. Esta «denúncia» encontra-se em diversos tipos de textos da época, como há anos já notou Emilio OROZCO DÍAZ, *Manierismo y Barroco*, Salamanca, Anaya, 1970, 44, que a enquadrava na perda de confiança no natural no período barroco.

67. *Relógios*, 40.

68. *Relógios*, 53.

69. *A Visita das Fontes. Apólogo Dialogal Terceiro* (ed. fac-similada e leitura do autógrafo (1657), introd. e comentário de Giacinto Manuppella), Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1962, 25: «Dias há que as gentes não olham para as pessoas, senão para os lugares donde as vêm»...

70. *Relógios*, 55.

71. Antonio VILANOVA, «El tema del gran teatro del mundo», em *Erasmus y Cervantes*, Barcelona, Editorial Lumen, 1989, esp. 470-499.

72. *Relógios*, 41.

«a cidade andava revolta com sua revolução», mas foi «o pobre do relógio, quebrando-lhe a hora na boca, [que] houve de ser o culpado...»⁷³.

O relógio das Chagas foi, pela avaria do do Paço, colocado no lugar deste e então descobriu o gosto do uso do poder através do controlo da vida das pessoas, das horas dos tribunais e, até, das audiências d'el-rei, por exemplo, adiando a hora de início e antecipando a hora do termo destas, convencido de que assim «ao Rei e à República fazia grande serviço, atalhando assim prosas de soldados faladores, queixas de letrados presumidos, orações de frades descontentes, impertinências de velhas lagrimosas, que vem a ser, em suma, os quatro elementos de que se compõe o mundo dos negócios ou os negócios do mundo»⁷⁴. Fazendo-se «ladrão do tempo», divertia-se a «ouvir lamentar a estes lecenca-dos enfadonhos» o «costume da Corte donde sempre faltava o tempo para o que era necessário»; a fazer dos namorados «gato sapato», levando as «filhas de ourives e mercadores, ricas e delicadas» a ficarem «toda a noite em pé (...) sem que [o relógio] acabasse de dar a uma, sabendo que este era o sinal para que lhe acudissem a falar seus galantes»; e, depois de «meia hora de conversação, choviam horas sobre eles»⁷⁵; era implacável com os tafuis (os jogadores por ofício ou hábito), fazendo-se substituto da justiça, procurando de «os mandar pelas ruas à vergonha que, pois este vício não tem pena pelas leis (ou se lhe não executa), ao menos eu lhe queria dar aquela que podia»⁷⁶. Aos casados com «mulher brava» ou «ciosa» – de que já se ocupara, com forte ironia, na *Carta de Guia de Casados* – deixava-os andar fora de casa sem lhes lembrar a hora do regresso – as nove horas, que eram «a taxa de todo o cativo do matrimónio»⁷⁷ –, senão já muito mais tarde. Nem aos caçadores, nem aos «lampeiros», nem aos «poltrões» deixava sem castigo e até às «damas e freiras, destas que celebram as meias noites com procissão de gulodices custosas e arriscadas» roubava várias horas nas doze da «tabuada do Sábado para o Domingo». As ceias no Paço da quinta para a sexta viam chegar bem cedo a meia-noite, porque este relógio tomou «por devoção não dar à gula nem à ociosidade nenhum adjutório»⁷⁸.

Não menos duro era com as beatas. D. Francisco tinha delas uma visão muito pouco favorável ou muito cautelosa. Já na *Carta de guia de casados* tinha alertado o seu «amigo» para o facto de ser esta «matéria das mais importantes» e para a inconveniência de «umas devações a beatas e beatos extravagantes [que] não levarão jamais meu parecer»⁷⁹. E, agora, este seu relógio citadino diz saber «por experiência que, na maior parte desta gente e seus costumes, mora a superstição e hipocresia»⁸⁰. Também não era brando com «cegos rezadores, homens de almas e vendedeiras» e, em geral, com «toda essa chusma de matutinos» que circulavam à volta do paço⁸¹.

Neste repassar dos usos e abusos do tempo pelos vários estados, profissões, formas de vida da sua época, D. Francisco elevou o relógio da cidade e o da aldeia à categoria de administradores do tempo, tanto colectivo como individual, porque o conhecimento que foram ganhando da vida social e dos vícios individuais os chamava, pelo domínio técnico, a intervir na desordem social que desprezava o valor do próprio tempo, como se este não corresse ou não acabasse igualmente para todos, como se cada um pudesse parar para si a sua corrida imparável.

73. *Relógios*, 44.

74. *Relógios*, 46.

75. *Relógios*, 47-8.

76. *Relógios*, 48.

77. *Relógios*, 48.

78. *Relógios*, 49.

79. Francisco M. de MELO, *Carta de Guia de Casados*, ed. de M^ª de Lurdes Correia Fernandes, Porto, Campo das Letras, 2003, 100-1.

80. *Relógios*, 49.

81. *Relógios*, 49-50.

Neste sentido, conta o relógio da cidade que o relógio do paço, que foi temporariamente colocado na igreja das Chagas, relógio que era «boníssima pessoa e muito inclinado à rezão», e que, sobretudo depois de consertado, «trabalhava sempre por falar verdade e ser pontualíssimo em seus ditos, vindo com as horas muito a suas horas»⁸², não foi, por isso mesmo, muito bem recebido pelos frequentadores do adro desta igreja, que era «já de *ab initio* não mais que ua torreira de mentirosos, velhacos e vadios, de verão à sombra e de inverno ao soalheiro» e que, conseqüentemente, não queriam «alimpar os pés à conversação»⁸³; também o não acolheram bem «uns felpudos desalmados, destes que acodem às igrejas ao Domingo por cumprimento»⁸⁴, e aos quais pouco faltou para que apedrejassem o pobre do relógio.

Ou seja, todas estas experiências de três importantes relógios da cidade de Lisboa e de um da sua periferia servem para mostrar como os relógios, perante a desconsideração social ou a exploração do valor do tempo, perante os abusos que, em muitos grupos sociais ou profissionais, impunham impunemente, perante os desconcertos da sociedade e os enganamentos das aparências, quiseram fazer-se executores da justiça, jogando com o poder da face visível das convenções temporais. Aliás, é bem significativo o desabafo do relógio de Belas: «Cansado ofício temos: julgar a aqueles de quem havemos de ser julgados»⁸⁵. Mas se, depois da sua experiência na torre do Paço, o relógio das Chagas decidiu falar sempre verdade, e o do Paço, «por se vestir da libré do tempo», deu em mentiroso, verificaram, desenganadamente, que, este, era «aplaudido pelas suas mentiras» e, aquele, «desmentido das [suas] verdades»⁸⁶.

Há em muitas destas alusões aos vícios humanos e aos abusos sociais, às injustiças, aos enganamentos, às aparências, aos desconcertos, uma força crítica muito profunda, que está muito para além da graça discursiva, do sarcasmo e da ironia evidentes, conseguidos, aliás, com o brilhante uso dos recursos retóricos em que D. Francisco era exímio⁸⁷. Curiosamente, esta obra de Melo, como todos os *Apólogos*, não chegou a ser impressa no tempo do autor, apesar de circular em diversas cópias manuscritas. E talvez valha a pena questionar (mesmo não se podendo fazer mais do que isso) se a obra terá chegado a ser submetida à censura e se a não edição resultou só da falta de tempo de vida ou de meios financeiros por parte de D. Francisco, ou se a necessidade de submissão à censura poderá ter ditado a não impressão. As diversas cópias manuscritas que chegaram até nós – indiciando que muitas mais haveria – parecem provar que o sucesso da edição estaria certamente garantido, como, aliás, o confirmam as licenças da primeira edição, em 1721⁸⁸.

Mas diversas críticas à sociedade, incluindo a cortesã, do seu tempo eram efectivamente muito ousadas, como a que fez o relógio das Chagas quando lembrou a construção de uma torre mais

82. *Relógios*, 51.

83. *Relógios*, 51.

84. *Relógios*, 52.

85. *Relógios*, 52. A mesma ideia vem retomada na *Visita das Fontes*, numa fala de Apolo: «É cousa triste viver com todos, e julgar os que vos hão-de julgar...» (*A Visita das Fontes. Apólogo Dialogal Terceiro*, ed. cit., 73).

86. *Relógios*, 53.

87. Aníbal Pinto de CASTRO, *Retórica e teorização literária em Portugal do Humanismo ao Neoclassicismo*, Coimbra, Universidade, 1973, esp. 78-9.

88. Na primeira edição dos *Apólogos Dialogaes*, em Lisboa, na Oficina de Matias Pereira da Silva, 1721, o censor Lourenço Justiniano da Aunciação confessou já os «ter lido muytas vezes, porque com grande universalidade justamente correm copiados...» (fl. iij v.). Também Pedro Álvares, no parecer para a licença do Ordinário, disse terem «elles merecido tão boa opinião entre os amantes de boas letras, & curiosos de bom gosto, que os applausos mais servirão ja de credito a quem lhos der, que de novo abono seu...», lembrando que «Inexcusavel seria o descuydo, que atégora houve de imprimir tão excellentes Opusculos, se não vissemos, que a curiosidade competindo co a impressão, tinha multiplicado traslados manuscritos, *quasi tantos, como podião correr impressos*. Desse trabalho de copiar manuscritos, & mendigar traslados nos livra Mathias Pereyra da Silva...» (fl. v r-v.; sublinhado meu).

alta no Paço, «que isto é o que tem de pior as casas dos Príncipes: novidades, alturas, creenças e mudanças»⁸⁹, ou as críticas aos ministros que «governando eles como querem a seus relógios, se governam por eles, e assim vivem sempre ao gosto de seu gosto»⁹⁰. Já na *Visita das fontes* alargaria o âmbito dessas críticas, nelas incluindo a nova corte portuguesa, as suas modas, os seus excessos, e, mais uma vez, o estado (o desconcerto) da justiça no Reino, um domínio a que D. Francisco, talvez por razões pessoais, era muito sensível...

4. Do desengano do «tempo de agora» à consideração da fortuna e da morte. Conceitos e circunstâncias

Mas os relógios quiseram também mostrar que, ainda que brincando com as horas, não tinham o poder de fazer parar a corrida do tempo – essa obsessão seiscentista, como há muito mostrou Emilio Orozco Díaz⁹¹ –, tempo que o relógio da cidade comparou a um «touro bravo» e que ambos sabiam não ser independente da Fortuna. Como muitos autores do século XVII, D. Francisco recuperou e actualizou uma concepção da Fortuna com profundas raízes medievais e por isso lembrou que «A Roda que se lhe pinta à Fortuna deve de ser de engenho de nora, donde os homens são alcatruzes: uns cheos, outros vazios, uns no fundo, outros no alto»⁹². O exemplo do cágado e da águia⁹³ – uma das *Fábulas* de Esopo e de Fedro –, narrado pelo relógio da aldeia como resultado de uma observação sua, é bem ilustrativo dessa concepção e por isso a fala subsequente do relógio da cidade o explicita com um símile: «A Fortuna é muito disso. Tem o costume dos Abades: engordam as galinhas muito de seu vagar, e matam primeiro a que está mais gorda»⁹⁴. Aliás, concepção idêntica, mas mais desenganada ainda, talvez pelo seu significado político, se encontra em alguns livros de emblemas que trabalharam aquele exemplo, como o de Sebastián de Covarrubias, já referido,⁹⁵ que, no seu comentário, o compara à relação do privado com o príncipe, a quem «si le disgusta le dexara caer de lo alto sobre los peñascos, donde se quebrante, y perezca»⁹⁶.

Neste amplo contexto, é muito significativa a afirmação do relógio da aldeia de que «tudo tem sua hora», como «o rir, o chorar, o trabalho e o descanso, a fome e a fartura»⁹⁷, de que «cada cousa, por nobre e altiva que seja, tem sua hora»⁹⁸, mas cabe aos homens, porque «lhes deu Deus entendimento», regerem esses tempos e saberem ajustá-los ao bem, não se deixando vencer pelas tentações viciosas – porque o tempo é inexorável e um dia chegará para todos a morte, como o lembravam também muitos e variados textos da época que se debruçaram sobre este tema⁹⁹. Uma

89. *Relógios*, 52.

90. *Relógios*, 37.

91. Veja-se o ainda imprescindível estudo de Emilio OROZCO DÍAZ, «El tiempo, protagonista del drama del Barroco», incluído na obra citada *Manierismo y Barroco*, ed. cit., 57-59.

92. *Relógios*, 58.

93. *Relógios*, 56.

94. *Relógios*, 56.

95. *Emblemas morales*, Centuria I, emblema 44: «Ya cuidò la Tortuga que tenia,/ Alas, para bolar, quando llevada,/ En las uñas del Aguila subia,/ Por la region del ayre, y la cuitada/ Tiene en desprecio, quanto abaxo via,/ Con un tan grã favor, de si olvidada,/ Y pensando en el cielo ser estrella,/ La suelta sobre un risco, do se estrella.» (fl. 44v.). Também Juan de Borja nos seus *Emblemas* recorreu a este exemplo (2ª parte, 310-11).

96. Sobre outros emblemas do cágado e da águia, veja-se José Julio GARCÍA ARRANZ, *Ornitología emblemática. Las aves en la literatura simbólica ilustrada en Europa durante los siglos XVI y XVII*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 1996.

97. *Relógios*, 57.

98. *Relógios*, 60.

99. Veja-se a síntese desta temática em Fernando MARTÍNEZ GIL, *Muerte y sociedad en la España de los Austrias*, Madrid, Siglo XXI, cap. 4, esp. 315-356. A própria poesia também explorou o tema da morte, diversas vezes relacionado com

das melhores versões emblemáticas desta sentença e da visão niveladora da morte é talvez a que transmite Sebastián de Covarrubias nos já citados *Emblemas Morales*¹⁰⁰:

Al tiempo, y a la muerte, estan sujetas
 Todas las criaturas corporales,
 Por mas fuertes que sean, o perfetas,
 Tarde, o temprano, han de ser iguales:
 Si las fixas estrellas, o planetas
 Influyen, en las cosas temporales
 Perpetua duracion, no la consiguen,
 Que la muerte y el tiempo las persiguen.

Num sentido muito aproximado, D. Francisco, socorrendo-se da linguagem metafórica de tonalidades gongorinas, pergunta: «Que importa a Dona Fulana ser toda uma tabuleta de ourives: testa de prata, cabelos de ouro, olhos de esmeraldas, faces de pérolas, bocas de rubis, dentes de aljôfar, colo de cristal» se com a velhice «tudo muda não só a forma mas a sustância do que era?»¹⁰¹.

Francisco Manuel de Melo reconhece que o poder humano tem força e saber para «prender o curso do relógio», mas, «se o relógio pára, o tempo não descansa»¹⁰². A imagem pictórica do «pai tempo»¹⁰³ – velho, veloz e implacável –, presente em gravuras e quadros dos séculos XVI e XVII, é disso a melhor empresa¹⁰⁴, como, aliás, o confirma igualmente Sebastián de Covarrubias nos seus *Emblemas Morales* (1612):

El tiempo buela, sin pararse un ora,
 Aunque parezca coxo, y pereçoso
 Viejo, cansado, en quien olvido mora,
 Activo poco, y nada poderoso:
 Otro Titon, esposo de la Aurora,
 Flematico, pesado, y espacioso;
 O grande engaño, o loco pensamiento,
 Si en su comparacion, es tardo el viento!¹⁰⁵

Neste contexto, ganha mais sentido esta afirmação do relógio da cidade: «se os grandes e os pequenos isto considerarem como convém, que, em vez do desprezo com que nos tratam, podiam amar-nos pelos mais fiéis amigos e servidores, dos quais vão sempre recebendo o aviso

o do tempo; veja-se o, ainda hoje, interessante estudo de Norbert JONARD, «Le thème du temps dans la poésie baroque», *Studi Secenteschi*, vol. VII (1966), 19-33.

100. Emblema 30 da II Centuria, ed. cit., fl. 130 r. e v. O comentário é muito claro: «Todo lo criado debaxo de la luna està sujeto a la muerte, que con el tiempo lo consume y acaba, y a esta causa pusimos sobre un sepulcro la calavera, y encima della un reloj...».

101. *Relógios*, 59.

102. *Relógios*, 60.

103. Para uma visão de conjunto do tema, orientado mais para a arte do Renascimento, veja-se, além do conhecido estudo de Erwin PANOFKY, «O Pai Tempo» em *Estudios de Iconologia. Temas humanísticos na arte do Renascimento*, (trad., 1ª ed. 1939), Lisboa, Editorial Estampa, 1982, 69-89 e estampas 52 e 53.

104. Racgel DOGGETT, *Time, the greatest innovator...*, esp. 40 e 86.

105. *Emblemas morales*, ed. cit., Centuria III, emb. 8, fls. 208 r. e v. O comentário explicita bem o epigrama: «Si caminando topassedes un viejo de mucha edad cojo, con una pierna de palo, y embaraçado con una gadaña en la una mano, y en la otra un reloj; pareceriaos que sus jornadas serian muy cortas, pues engañaysos, porque tal es el tiempo, que a vuestro parecer camina preçosamente, y no le echastes de ver las alas con que dexa de correr, y buela. Este es lugar comun, y ansi no quiero estender las mias en el, por la brevedad que professo, hase de ver el soneto de Petrarca. *La vita fuge etc.* El mote está tomado de Ovidio lib. I amorum Elegia 8» (208v).

mais importante que há na vida. Pois, em estando a hora determinada lá em cima, o mesmo é dar um de nós a hora que dar a contra-senha à morte ou à Fortuna para que se cheguem e façam sua execução¹⁰⁶; como diz mais adiante, «em nossa mão não está mais que apontar e dar sinal a qualquer dos executores que o Céu tem na Terra, para que façam sua vontade»¹⁰⁷ e por isso aconselha a que «cada qual se desengane sem se fiar nas faltas do seu relógio»¹⁰⁸.

Retomando o título da importante obra de Quevedo *La hora de todos*, D. Francisco lembrou não só as boas e as más horas – e todas as expressões que se socorriam deste vocábulo¹⁰⁹ –, mas também, como cristão que era, as horas devidas a Deus, para que se lhe não desse apenas – logo, tardiamente – a hora da morte.

Deste modo, aos desenganos múltiplos da vida, Melo acrescenta, como que os coroando, o desengano último que é a verdade da morte. O tema do desengano íntimo ou individual – trabalhado, como se sabe, por outros autores da época¹¹⁰ – foi tratado por D. Francisco em diversos textos, sobretudo poéticos, e, de um modo por vezes muito sofrido e interiorizado, em várias das sua *Cartas familiares*¹¹¹. Mas nos *Relógios Falantes* adquire tonalidades que suplantam o domínio interior e pessoal, visando críticas sociais e denúncias políticas bastante precisas. A lembrança do poder igualador da morte não é apenas uma reflexão filosofante em torno da condição humana e dos privilégios sociais, como sucedia em outros textos e imagens desde a Idade Média¹¹², mas está claramente orientada para a denúncia dos abusos e dos desconcertos sociais e políticos do seu tempo, da vanglória dos poderosos, da vaidade dos presumidos, da parcialidade ou dos atrasos da justiça...

5. A defesa da ordem social, da verdade da vida e da justiça a horas

Creio ser evidente que o que está em causa neste texto de D. Francisco, no qual a ironia e a sátira se espriam audazmente, é uma concepção muito séria da ordem social e moral, pois, como afirma o relógio da cidade,

em verdade que este estatuto da hora de todos e de tudo deve ser tão pontualmente observado que não há entre a gente mais pesada turbulência que seu esquecimento. Donde procedem trocaram os homens as horas às cousas e, desta troca, todos os desconcertos do mundo que em nossa mão não está podermos remediar. Porque considerai vós agora se um homem bailasse à hora de comer, e comesse à hora do dormir, e dormisse à hora de negociar, e negociasse à hora de descansar, se se pusesse ao sol à hora da sesta e se à sombra do soalheiro, se andasse à hora de estar parado e se parasse à hora de ir caminhando, vede que tal seria sua vida, sua saúde e seus negócios¹¹³.

106. *Relógios*, 61.

107. *Relógios*, 61.

108. *Relógios*, 62.

109. *Relógios*, 62: «...tãa hora muito fermosa», «nas horas de Deus», «logo nessas horas», «as horas peremptórias», «as horas sucessivas», «são horas», «a que horas», «a desoras», «fora de horas» e outros mil modos de dizer.

110. Luis ROSALES, «El sentimiento del desengaño en la poesía española del siglo XVII», em *Estudios Sobre el Barroco (Obras Completas)*, 3), Madrid, Trotta, 1997, 177-247. O conceito de desengano acompanhou com frequência, sobretudo em Espanha, a ideia de decadência. Cf. Pedro SAINZ RODRÍGUEZ, *Evolución de las ideas sobre la decadencia española y otros estudios de crítica literaria*, Madrid, Eds. Rialp, 1962, esp. 62 ss. e, mais recentemente, Demetrio CASTRO ALFÍN, «Sobre la idea de decadencia en el pensamiento español del Barroco», *Studi Ispanici* (2001), 57-71.

111. José Adriano de CARVALHO, «Aspectos do desengano e da aceitação da vida em D. Francisco Manuel de Melo», art. cit., 277-291 e 423-438.

112. Veja-se a síntese desta problemática em Fernando MARTÍNEZ GIL, *Muerte y sociedad en la España de los Austrias*, ed. cit., esp. 333-337.

113. *Relógios*, 65.

Esta ideia é reforçada pelo relógio da aldeia, que lembra que «os maiores desmanchos do tempo provem de se não fazerem as cousas a suas horas».

Aliás, D. Francisco viria a apresentar uma visão complementar da regularidade do relógio em articulação com a ordem social – e com a administração da justiça – na *Visita das Fontes*, o seu terceiro apólogo:

O maior desconcerto de um relógio consiste em dar algumas horas a seu tempo, e outras não; porque daquele relógio que de todo anda errado ninguém se confia, e do que talvez [deve ser 'tal vez'] acerta se fiam muitos parvos, que depois vão dar consigo e sua conta por aí além. Assi são os desmanchos do mundo: nunca parecem tão grandes, nem tão prejudiciais, como quando só para mi (conforme já disse o vosso Camões, e antes dele algum Latino) anda o mundo concertado.¹¹⁴

Ou seja, os *Relógios Falantes* – colocando na voz de dois relógios desconcertados a denúncia do desconcerto da sociedade – podem também ser lidos como uma séria reflexão sobre a concepção de vida e de ordem social e moral que faz especial sentido no quadro de uma sociedade que viveu obcecada com essa mesma ordem. Nas sociedades ibéricas da época – e em particular nos anos 40 de Seiscentos – as mudanças políticas, económicas e sociais sucediam-se a um ritmo crescente. Em Portugal, a independência política ainda se defendia por via militar, mas não podia iludir as largas inter-influências culturais, políticas e económicas, as partilhas de gostos e de práticas sociais que a monarquia dual havia alimentado durante seis décadas; por exemplo, a afirmação crescente do poder económico da burguesia, a opulência das modas – dos vestidos aos coches, como o mostra bem *A Visita das Fontes* –, foram introduzindo alterações profundas no quotidiano, na concepção e na imagem tradicional do poder e das formas de vida aristocráticas e burguesas. Em várias outras obras, D. Francisco revela uma aguda consciência das mudanças sociais, algumas das quais ele vê, como viam os seus contemporâneos, como uma “des-ordem”... Como dizia já em 1643, «Pouco há que o mundo era outro. Singular poder foi aquele que fez parar a ordem ou a desordem dos tempos. À piedade e valor de Josué, lemos se deteve o Sol. Mas do tempo, não li, nem ouvi que por alguém se detivesse»¹¹⁵. Daí que os relógios mecânicos, essas máquinas que deviam transmitir a cadência horária e a regularidade do tempo, sejam por ele elevados à qualidade de metáforas dessa mesma ordem social, tanto mais que as dota, aliás, da veleidade de corrigir e castigar os erros humanos, na vã tentativa de pôr cobro às desordens e aos abusos...

É, aliás, muito interessante notar – pelo que revela de ambiência cultural epocal – que, num outro contexto cultural dos anos 30 do século XVII, Coménio escrevia na sua *Didactia Magna* (1ª ed. 1657):

Mas que força oculta anima o relógio? Nenhuma outra senão a força da ordem que manifestamente reina em todas as suas partes, ou seja, a força proveniente da disposição de todas as suas peças, que concorrem com o seu número, as suas dimensões e a sua ordem para tornar aquela disposição tal que cada peça tem um papel determinado e meios para o desempenhar, ou seja, a proporção exacta de cada peça com as outras, a harmonia de cada uma com as que lhe estão em relação e leis mútuas para comunicar reciprocamente a força umas às outras. Assim, tudo se passa exactamente como num corpo vivo, posto em movimento pelo próprio espírito. Se, todavia, qualquer peça se estilhaça, ou se parte, ou anda mal, ou começa a estar bamba, ou se torce, ainda que seja a rodinha mais pequena, o eixo mais pequeno, o parafuso mais pequeno, imediatamente o relógio pára ou anda mal. Deste modo se torna evidente que tudo depende apenas da ordem¹¹⁶.

114. *A Visita das Fontes. Apólogo Dialogal Terceiro*, ed. cit. 337-9.

115. *Cartas Familiares*, p. 95-6.

116. COMÊNIO, *Didáctica Magna*, ed. e trad. de J. Ferreira Gomes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996 (4ª ed.), [185-6].

Não por acaso, uma das simbologias do relógio mecânico na literatura emblemática espanhola se reporta ao seu paralelismo com o governo da república, como bem o exemplifica Juan de Borja, nas já citadas *Empresas morales*:

Gran semejança tiene el Relox con el buen gobierno de la Republica. El Relox se mueve con dos pesos; la Republica se sustenta con dos partes, que son premio, y castigo. El Relox se compone de ruedas grandes, y pequeñas; el gobierno con Ministros grandes, y pequeños, que ayudan à governar al Principe. El Relox, si anda bien concertado, ha de andar à la par la muestra, y el dar las horas; en el buen gobierno han de andar à la par, el dezir, y el hazer; el Relox no ha de andar trassero; el buen gobierno consiste en no tardar en hazer lo que conviene, so pena de perderse todo; el Relox para ser bueno, ha de ser justo; tal ha de ser el gobierno; el Relox, no ha de pararse, ni los negocios han de dexar de hazer su curso; el Relox ha de hazer las horas iguales; la desyqualdad en el gobierno, es su perdicion. El Relox, aunque de todo ande bien concertado, sino estuviere puesto con el Sol, no será de provecho: De la misma manera por muy bueno, que parezca el gobierno, sino seguiera al Sol de Justicia, que es nuestro Dios, y à su Ley, y mandamientos, de ningun provecho será; pero, si le siguiéremos, como à soberano Relox, para governar por èl nuestras acciones, el nos ayudará, para que cada uno se acierte, à governar à si mismo, y à lo que estuviere à su cargo¹¹⁷.

É muito pouco provável que D. Francisco conhecesse este emblema de Juan de Borja, dado que a edição da segunda parte em que ele se insere só se verificou em 1680 (1ª parte 1581). Mas podia ter lido os já citados *Diálogos* de Fr. Amador Arrais¹¹⁸, em que o rei foi comparado ao relógio, ou outros textos que apresentam visões similares. Mas, independentemente do conhecimento ou não destes textos, a comunhão de perspectivas é mais que evidente, apesar de o nosso autor lograr – como em muitas outras das suas obras –, uma relativa originalidade no modo de abordar a relação da máquina com a vida social e moral de então.

Creio não ser abusivo afirmar que, nos *Relógios Falantes*, D. Francisco quis mostrar que os próprios relógios mecânicos – pelo que representavam da regularidade, da continuidade, da passagem visual e, neste caso, sonora do tempo – também sabiam que essas intervenções não eram suficientes para impedir a mesma desordem se os homens não participassem na correcção das desordens e na reposição da ordem. Daí a afirmação acima transcrita: «em nossa mão não está mais que apontar e dar sinal a qualquer dos executores que o Céu tem na Terra, para que façam sua vontade». A mesma imagem, sob a forma de *simile*, já usara D. Francisco a propósito da ordem doméstica na *Carta de Guia de Casados*:

Seja a mulher como a mão do relógio e o marido seja o relógio. Aponte ela e soe ele. Um mostre, outro resolva, que andando desta maneira temperado o relógio todos o crem, todos o tem por oráculo. Não só se concerta a si mesmo, mas faz andar aos outros concertados e, ao contrário, se se desconcerta, também aos outros¹¹⁹.

Neste contexto, talvez seja legítimo concluir que, com os *Relógios Falantes*, Francisco Manuel de Melo quis deixar, pelo jogo complementar da ironia, da sátira, do aviso e do desengano, uma advertência aos que detinham o poder político e judicial para que, por um lado, não ignorassem o poder divino e, por outro, se empenhassem na reposição da harmonia social, de que a justiça

117. Juan de BORJA, *Empresas morales...*, ed. cit., 398-9.

118. Fr. Amador ARRAIS, *Diálogos*, Porto, Lello & Irmão, 1974, Diálogo V, cap. XIII, «Quam trabalhoso & perigoso he o estado dos que governão», 344-5.

119. *Carta de guia de casados*, ed. cit., 95.

individual, sobretudo se executada a horas, era um elemento (e pela qual tanto pugnou ao longo do seu tempo de prisão...). Por isso lembrou a voz do relógio da cidade: «Pois que direi? Se a justiça se fizer à sua hora e a mercê à sua hora, a justiça parecerá bem e a mercê melhor. Mas, se a justiça se faz ante tempo e fora de horas e a mercê fora de tempo e desorada, nem a justiça escarmenta como justiça, nem a mercê obriga como mercê, parecendo a primeira que é efeito da paixão e não de zelo, e a segunda, fruto do negócio e não da magnificência»¹²⁰.

Ou seja, muitas falas destes relógios parecem ter sido elaboradas como um apelo para que a justiça viesse a tempo e com eficácia, para que as aparências fossem um espelho e não um engano da realidade, para que a cadência das horas correspondesse a um tempo real, para que esse tempo real obedecesse a uma visão articulada da própria vida. A imagem a que recorreu o relógio da cidade fala por si: «Fazei conta que um Rei manda, por seu gosto, que cada oficial deixe a sua tenda, cada morador sua casa, e se meta, mande e obre na de seu vezinho. Dizei-me: haveria maior confusão em ua República, por mais que os tristes de nós outros, os relógios, estivéssemos a medir e compassar e estremar o Tempo, por ver se podíamos reger ou encobrir tamanha doudice?»¹²¹.

Não menos clara é a afirmação de que «Por menos mal tivera deixar de fazer as cousas que fazê-las fora de suas horas», porque as «faltas da impossibilidade são mais desculpáveis que as da malícia»¹²².

Em face disto, o relógio de Belas, que veio parar a este serralheiro porque «nunca dava hora com hora»¹²³, compreendeu qual devia ser o seu papel e, porque ainda jovem, mas ensinado pelo da cidade, preparou-se para sair deste serralheiro não só «advertido, mas consertado para sempre, pois – diz –, de hoje em diante, já sei como hei-de ser relógio, que até agora o não sabia»¹²⁴; por seu lado, o relógio da cidade, cuja experiência e saber resultava do muito que havia visto, mas cujo desengano, porque a cidade não queria ser governada pela voz da verdade do tempo, lhe tirava as esperanças de regresso à sua torre, se foi preparando para a morte, consciente de que «de nenhũa outra cousa sirvo cá na cidade senão de escárnio e jogo da gente, ou alvo de persiguição e o negro da zombaria...»¹²⁵. Não por acaso a sua visão desenganada era já tal que terminou lembrando ao relógio da aldeia que «não há cá relógio, por mais alto que ele sirva, que, por forrar de sobressaltos e ingratidões, se não fora antes ser badalo nas choupanas do Porto de Magem ou sino de cortiça na charneca de Monte Argil. Mas não digas que eu to disse, ouves-me?»¹²⁶.

Para terminar, permito-me agora lembrar novamente que quando D. Francisco escreveu a dedicatória deste apólogo ao juiz Dr. António de Sousa Tavares, «Nesta aldeia, em 20 de Setembro de 1654», estava sentenciado em 3ª instância, depois de cerca de 10 anos de prisão e de incompreensíveis demoras e atrasos judiciais, ao desterro perpétuo no Brasil; estava, portanto, consciente de que podia nunca mais regressar ao reino. Nenhum recurso, incluindo ao Rei, lhe valera. Nem o pedido de clemência que, no ano anterior, já depois da sentença de desterro perpétuo no Brasil e de perda da comenda, formalizara na *Epístola Declamatória* dirigida ao príncipe D. Teodósio teve qualquer eficácia; quase a concluir tal *Epístola*, afirmou que, caso fosse perdoado, «nada me fica, que desejar, se não hum modo de vida, que emmende, & satisfaça os erros da passada», enquanto que o desterro seria a sua maior infelicidade porque não participaria nas defesas milita-

120. *Relógios*, 66.

121. *Relógios*, 66.

122. *Relógios*, 66.

123. *Relógios*, 41.

124. *Relógios*, 67.

125. *Relógios*, 67.

126. *Relógios*, 68.

res do Reino, perderia a companhia dos amigos e parentes e não teria oportunidade de mostrar que os seus inimigos não tinham razão na perseguição que lhe moviam, enfim, faltaria «à defesa das sepulturas dos nossos passados, & gloria do nome Portuguez»¹²⁷. Hoje, desta última falta o não podemos criticar, porque no exílio e no regresso não previsto não abandonou, antes pelo contrário, a sua actividade historiográfica e literária que fazem dele um notável polígrafo¹²⁸ (lembro que a dedicatória do segundo apólogo – *O Escritório Avarento* – está datada da «Baía em 13 de Novembro de 1655»). Mas nos meses que antecederam o desterro (partiu em 17 de Abril de 1655¹²⁹), o desengano pessoal e a dor da partida deviam ser ainda mais dramáticos do que o que traduz esta *Espístola Declamatória*... E assim talvez tenha mais sentido, no prólogo dos *Relógios Falantes*, a sua referência aos «homens desenganados escondidos pelas tocas agrestes», logo seguida da insistência em que «vivo só e que como só discurso e que como só entendo...»¹³⁰.

Por tudo o que ficou exposto, os *Relógios Falantes*, além da *Epanáfora amorosa*, de algumas cartas e, possivelmente, de alguns textos poéticos, podem ter sido um dos últimos textos, se não o último, que D. Francisco escreveu em terras lusas antes do desterro – que devia ser perpétuo – retirado na aldeia de Belas, sem saber se algum dia poderia regressar ao reino. Sabia, por isso, que se iniciava uma nova – e incerta – etapa da sua vida. Neste contexto, talvez possam ter algum significado especial as veementes denúncias, sobretudo, dos atrasos da justiça (ou da justiça fora de horas), aquele desengano fatal do relógio da cidade, que, lembro, afirmou que «de nenhũa outra cousa sirvo cá na cidade senão de escárnio e jogo da gente, ou alvo de persiguição e o negro da zombaria...». Complementarmente, o relógio da aldeia sai desta oficina não «somente advertido mas consertado para sempre...» e com a consciência e a vontade de «hoje em diante» saber como «ser relógio, que até agora o não sabia», ou seja, dizendo sempre a verdade...

Até que ponto se deverá ter aqui em conta um terceto do autor, na «Epístola a un amigo», incluída na *Tiorba de Polimnia*¹³¹, em que afirma:

(...) O Fabio, no es cautela, ni es engaño;
 Pero importa pedir lengua prestada,
 El que quisiere hablar un desengaño (...)?

Será, neste contexto, puramente casual que as obras que, nos anos seguintes e durante o desterro, escreveu Francisco Manuel de Melo tenham sido, precisamente, os outros *Apólogos Dialogais*?

127. *Epístola Declamatoria*, em *Aula política, curia militar (...)*, Lisboa Occidental, na Oficina de Mathias Pereyra da Sylva, & Joam Antunes Pedroso, 131.

128. Aníbal Pinto de CASTRO, «D. Francisco Manuel de Melo, um polígrafo do Barroco Ibérico», separata da *Colectânea de Estudos em Homenagem ao Académico de Número Doutor Fernando Guedes – Habent sua Fata Libelli*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004.

129. Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Melo...*, 274.

130. *Relógios*, «Prólogo», 30-31.

131. Francisco Manuel de MELO, *Obras Métricas – La Tiorba de Polimnia*, III, 163 ss.

